



Número: **0801759-78.2019.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **14/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 30.416,87**

Processo referência: **0007902-96.2010.8.20.0106**

Assuntos: **Reconhecimento / Dissolução, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
TALITA ALVES DE ARAUJO (AUTOR)		EDILSON GONZAGA DE SOUZA JUNIOR (ADVOGADO)	
THALIA ALVES DE ARAUJO (AUTOR)		EDILSON GONZAGA DE SOUZA JUNIOR (ADVOGADO)	
SEGURADORA DPVAT (RÉU)		ODETE CLARA COSTA PIMENTA NETA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
59206343	28/08/2020 08:09	Sentença	Sentença



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0801759-78.2019.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: TALITA ALVES DE ARAUJO, THALIA ALVES DE ARAUJO

RÉU: SEGURADORA DPVAT

SENTENÇA

DIREITO
CIVIL,
PROCESSO
CIVIL E
LEGISLAÇ
ESPECIAL
PRETENS
D E
COMPLEM
D E
INDENIZA
D O
SEGURO
DPVAT.
PREJUDIC
D E
PRESCRIÇ
E
PRELIMIN
D E
AUSÊNCL
D E
INTERESS
D E
AGIR E
IRREGUL
D E
REPRESEN
REJEITAD



VALOR
PAGO
ADMINIS
DENTRO
D O
PRAZO
ESTIPULA
N O
ARTIGO
5º, § 1º
DA LEI
N º
6.194/74.
N Ã O
INCIDÊNC
D E
JUROS E
CORREÇÃ
MONETÁF
E M
VIRTUDE
D A
INOCORR
D E
MORA
D A
SEGURAD
IMPROCEI
D O
PLEITO
AUTORAL

I

TALITA ALVES DE ARAÚJO E THALIA ALVES DE ARAÚJO, ambas já qualificadas nos autos, vieram à presença deste juízo, por intermédio de advogado regularmente constituído, propor AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO DPVAT POR MORTE em face de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, também já qualificada, alegando que o seu genitor sofreu acidente de trânsito e em decorrência do mesmo, veio à óbito.

Outrossim, asseveram que após o transcurso da ação de investigação de paternidade (com o devido reconhecimento da mesma), a seguradora efetuou naqueles autos o pagamento do valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no entanto sem



qualquer atualização de juros e correção monetária, razão pela qual entendem fazerem jus à complementação pecuniária da quantia de R\$ 30.416,27 (trinta mil quatrocentos e dezesseis reais e vinte e sete centavos).

Para embasarem a pretensão, anexaram aos autos os documentos de Id's nº 38715951, 38715969, 38715983, 38716010, 38716028, 38716049, 38716121, 38716152, 38716172, 38716181, 38716199, 38716225, 38716232, 38716253, 38716261, 38716268, 38716276, 38716287, 38716303, 38716311, 38716477 e 38746568.

Decisão de ID nº 49790034, oportunidade em que o feito foi recebido como processo de conhecimento (pelos fundamentos lá esposados), bem como foi deferido o benefício de justiça gratuita.

Citada, a parte ré apresentou defesa (ID nº 50872990) alegando a prescrição como prejudicial de mérito e em caráter preliminar, a ausência de interesse de agir pela falta do requerimento administrativo, bem como defeito de representação, visto que não foi acostado aos autos a procuração da autora Thalia. No mérito, argumenta que não há complementação a ser paga, eis que a seguradora observou o prazo legal de trinta dias para efetuar o pagamento na seara administrativa. Ao final, requereu a improcedência dos pedidos formulados na inicial.

Impugnação à contestação apresentada no ID nº 53670011, momento em que as partes autoras refutam os argumentos expostos na contestação. Ao final, requereram além da procedência do pedido exposto na inicial, o cancelamento do contrato fraudulento constante nos autos de investigação de paternidade (e acostado ao presente feito), bem como condenação da seguradora em indenização por danos morais.

É o relato necessário.

II – DA PREJUDICIAL DE MÉRITO E DAS MATÉRIAS PRELIMINARES ARGUIDAS:

De início, a demandada alega em sua contestação a ocorrência de prescrição, pois consoante fundamenta, a parte autora só teria até a data de 29/12/2013 para ajuizar a ação, porém a interposição se deu somente em 14/02/2019.

Ocorre que em uma análise dos autos, verifica-se que o termo inicial de contagem da prescrição, neste caso, se deu a partir do momento em que a parte autora recebeu o valor na seara administrativa (03/08/2015), pois foi a partir daí que entendeu ter sido paga quantia inferior à supostamente devida.

Neste contexto, é mister salientar que não obstante este feito tenha sido interposto somente em 05/02/2019, a prescrição foi interrompida em data anterior, visto que inicialmente a demanda foi interposta no 3º Juizado Especial Cível desta comarca (processo nº 0811820-32.2018.8.20.5106) em 02/07/2018, portanto respeitando o prazo prescricional de três anos, considerando que este se escoaria em 03/08/2018. Sobre tal aspecto, o Código de Processo Civil é cristalino em seu artigo 240, §1º, que dispõe o seguinte:



*Art. 240.
(omissis)*

*§ 1º A
interrupção
da
prescrição,
operada
pelo
despacho
que
ordena a
citação,
ainda que
proferido
por juízo
incompeten
retroagirá
à data de
propositura
da ação.*

Assim, rejeita-se a prejudicial de prescrição aventada.

No que tange à alegação de carência de ação por ausência de requerimento administrativo, esta igualmente não merece prosperar. Verifica-se no ID nº 38716181 documento acostado pela própria seguradora informando que recebeu a documentação exigida para recebimento da indenização em 08/07/2015, razão pela qual não há de se falar em ausência de requerimento administrativo, rejeitando-se assim a presente preliminar.

Por fim, a seguradora menciona ainda em caráter preliminar que há defeito de representação, uma vez que não consta dos autos procuração cuja outorgante seja a autora Thalia Alves de Araújo. Tal assertiva também não merece guarida, uma vez que se afere a existência da referida procuração no Id nº 38716232. Desta feita, refuta-se esta preliminar.

Diante da rejeição de todas as preliminares e prejudicial de mérito, passa-se à análise do mérito propriamente dito.

III- DO MÉRITO

A pretensão contida na inicial cinge-se a aferir se as partes autoras fazem jus à complementação do valor pago administrativamente.



Observando todos os documentos acostados ao feito, percebe-se que foi paga às requerentes a quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) em decorrência do óbito de seu genitor, falecimento este devido a um acidente de trânsito.

As demandantes entendem que o valor está defasado, visto que deveria ter sido atualizado com juros e correção monetária, restando uma quantia remanescente a ser recebida no valor de R\$ 30.416,27 (trinta mil quatrocentos e dezesseis reais e vinte e sete centavos).

Ocorre que para que seja detectada a obrigação de pagar juros e correção monetária além do valor descrito em tabela, seria imprescindível que a seguradora tivesse incorrido em mora, o que não se constatou no caso vertente. Neste particular, não procedem os argumentos autorais de que desde o óbito o valor automaticamente já seria devido, pois é necessário o envio da documentação correspondente, bem como a verificação dos herdeiros legitimados ao recebimento do valor para que o mesmo fosse pago.

Nesta linha argumentativa, vale frisar que inclusive após o óbito do segurado havia lide tramitando na 4ª Vara de Família desta comarca com o escopo de obtenção do reconhecimento da paternidade (em prol das requerentes) do até então suposto genitor, o que foi confirmado apenas em 18 de agosto de 2014 por ocasião do proferimento da sentença. Conclui-se, portanto, que até tal data o valor sequer poderia ser pago às requerentes, tendo em vista a pendência da resolução da lide de investigação de paternidade.

Perscrutando-se outras documentações relevantes constantes do ID nº 38716181, percebe-se que os documentos exigidos para a consubstanciação do pagamento da indenização foram entregues na data de 08/07/2015, tendo o depósito judicial do valor correspondente sido efetivado em 03/08/2015, ou seja, dentro do prazo de 30 (trinta) dias previsto no artigo 5º, § 1º Lei nº 6.194/74, inexistindo assim mora da seguradora.

A respeito da questão posta sob análise, a jurisprudência é coesa (inclusive de acordo com entendimento mais recente do Superior Tribunal de Justiça), a saber:

CIVIL E
PROCESSO
CIVIL.
APELAÇÃO.
DPVAT.
CORREÇÃO
MONETÁRIA.
INCIDÊNCIA
QUANDO O
PAGAMENTO
ADMINISTRATIVO
FOR A
MENOR OU
NÃO
OCORRER



**NO PRAZO
DE 30
(TRINTA)
DIAS.
INTELIGÊNCIA
DO ARTIGO
5º, §§ 1º E 7º,
DA LEI Nº
6.194/74.
PAGAMENTO
D A
INDENIZAÇÃO
REALIZADO
DENTRO DO
PRAZO
LEGAL.
SENTENÇA
MANTIDA.
RECURSO
CONHECIDO
E**

DESPROVIDO.

**1. Por força
do disposto no
art. 5º, §§ 5º e
7º da Lei nº
6.194/74, a
correção
monetária do
valor do
seguro pago
administrativamente
somente é
devida no caso
de pagamento
fora do prazo
legal de 30
(trinta) dias,
contado a
partir da
entrega da
documentação
completa pelo
requerente.**

Ademais, esse
prazo é
interrompido
e m s e
verificando a
falta dos
documentos
necessários à
análise do
pleito. 2.
Assim, a
Súmula 580 do
Superior



Tribunal de
Justiça,
segundo a qual
"A correção
monetária nas
indenizações
do seguro
DPVAT por
morte ou
invalidez,
prevista no § 7º
do art. 5º da
Lei nº
6.194/1974,
redação dada
pela Lei nº
11.482/2007,
incide desde a
data do evento
danoso",
aplica-se tão
somente nos
casos de
pagamento a
destempo. 3. In
c a s u ,
verifica-se que
a apelante não
faz jus ao
recebimento de
atualização
monetária da
quantia paga na
v i a
administrativa,
mormente
porque a
indenização
securitária foi
quitada no
prazo legal
estabelecido.
Assim, é
medida que se
impõe a
improcedência
do pleito
autoral, no
tocante. 4. A
b e m da
verdade, o
documento de
fl. 47
comprova a
interrupção do
prazo em
08/03/2018,



quando foi detectada a necessidade de informações complementares, visando o recebimento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, a qual efetivamente foi paga à parte autora em 16/03/2018 (fl. 17), ou seja, dentro do prazo legal. 5.

Sentença mantida. 6. Recurso conhecido e desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0120406-78.2018 acorda a 2ª Câmara Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, em, por unanimidade, conhecer do recurso e negar-lhe provimento, nos termos do voto do eminente

Relator.

Fortaleza, 06 de maio de 2020.

Presidente do Órgão Julgador
DESEMBARGA
FRANCISCO
GOMES DE
MOURA

Relator (TJ-CE

- APL:

01204067820188



C E
0120406-78.2018
Relator:
FRANCISCO
GOMES DE
MOURA, Data
de Julgamento:
06/05/2020, 2ª
Câmara Direito
Privado, Data
de Publicação:
06/05/2020)

APELAÇÃO
CÍVEL –
AÇÃO DE
COBRANÇA
DO SEGURO
OBRIGATÓRIO
DPVAT –
COMPLEMENTO
–
**PAGAMENTO
REGULAR
EM VIA
ADMINISTRATIVA**
– APURADO
O
ADEQUADO
GRAU DE
INVALIDEZ -
PLEITO
PARA
INCIDIR
CORREÇÃO
MONETÁRIA
SOBRE O
VALOR
ADIMPLIDO
ADMINISTRATIVO
– OMISSÃO
HAVIDA NA
SENTENÇA -
NÃO
CABIMENTO,
CONTUDO –
**VERBA
QUITADA
DENTRO DO
PRAZO DE
30 (TRINTA)
DIAS
PREVISTO
NO ARTIGO
5º, §§ 1º E 7º,**



DA LEI Nº
6.194/74 –
PAGAMENTO
TEMPESTIVO
QUE OBSTA
A
ATUALIZAÇÃO
MONETÁRIA
D A
QUANTIA
INDENIZATÓR
QUITADA
EXTRAJUDICI
–
PRECEDENTES
–
MANUTENÇÃO
D A
DISTRIBUIÇÃO
DOS ÔNUS
D E
SUCUMBÊNCIA/
– RECURSO
DESPROVIDO.
A indenização
securitária
DPVAT
quitada na via
administrativa,
conforme
disposição do
artigo 5º, §§ 1º
e 7º, da Lei n.
6.194/74,
somente será
acrescida de
correção
monetária
caso seu
pagamento
não se dê no
prazo de
trinta dias
contados da
entrega dos
documentos
exigidos para
a regulação do
sinistro. (TJPR
- 9ª C.Cível -
0031279-63.2018
- Foz do
Iguaçu - Rel.:
Desembargador
Domingos José
Perfetto - J.
28.10.2019)



(TJ-PR - APL:
00312796320188
P R
0031279-63.2018
(Acórdão),
Relator:
Desembargador
Domingos José
Perfetto, Data
de Julgamento:
28/10/2019, 9ª
Câmara Cível,
Data de
Publicação:
04/11/2019)

RECURSO
ESPECIAL Nº
1.846.019 - SC
(2019/0325284-4
RELATOR :
MINISTRO
MOURA
RIBEIRO
RECORRENTE
:
SEGURADORA
LIDER DO
CONSORCIO
DO SEGURO
DPVAT SA
ADVOGADOS
: JANAÍNA
MARQUES
DA SILVEIRA
- SC026753
MATHEUS
PINTO DE
ALMEIDA E
OUTRO(S) -
RJ172498
THIAGO
RAVELL
SANTOS -
RJ183844
RECORRIDO
: JULIO
EMERSON
PEIXOTO DE
ALMEIDA
ADVOGADO
: AMANDA
JANKE E



OUTRO(S) -
SC039110
EMENTA
CIVIL.
RECURSO
ESPECIAL.
RECURSO
MANEJADO
SOB A ÉGIDE
DO NCPC.
AÇÃO DE
COBRANÇA.
CORREÇÃO
MONETÁRIA.
SEGURO
OBRIGATÓRIO
PAGAMENTO
ADMINISTRAT
NÃO
INCIDÊNCIA.
PRAZO
LEGAL.
TRINTA
DIAS.
OBSERVÂNCIA
DISSONÂNCIA
ENTRE O
ACÓRDÃO
RECORRIDO
E A
JURISPRUDÊN
DO STJ.
RECURSO
ESPECIAL
PROVIDO.
DECISÃO
JULIO
EMERSON
PEIXOTO DE
ALMEIDA
(JULIO)
ajuizou ação de
cobrança
contra
SEGURADORA
LÍDER DO
CONSÓRCIO
DO SEGURO
DPVAT S.A.
(SEGURADORA
pleiteando
correção
monetária
incidente sobre
o valor de
indenização do
seguro



obrigatório
DPVAT
recebido
administrativame
A sentença
julgou
procedente o
pedido,
condenando a
SEGURADORA
ao pagamento
da quantia de
R\$ 31,83
(trinta e um
reais e oitenta e
três centavos),
a título de
diferença de
correção
monetária,
além de
condenar a
SEGURADORA
ao pagamento
das despesas
processuais
(e-STJ, fls.
70/74). O
Relator deu
parcial
provimento à
apelação
interposta pela
SEGURADORA
para inverter os
ônus da
sucumbência,
impondo-os a
JULIO (e-STJ,
fls. 112/130).
O Tribunal de
Justiça de
Santa Catarina
negou
provimento ao
agravo interno,
nos termos da
seguinte
ementa:
AGRAVO
INTERNO.
SEGURO
OBRIGATÓRIO
DPVAT.
DECISÃO
MONOCRÁTICA.
QUE DEU



PARCIAL
PROVIMENTO
A O
RECURSO
DA PARTE
R É .
RECURSO
D A
SEGURADORA
DEMANDADA.
CORREÇÃO
MONETÁRIA
APLICADA
SOBRE O
VALOR
PAGO NA
ESFERA
ADMINISTRAT
ASSERÇÃO
DE QUE O
PAGAMENTO
DENTRO DO
PRAZO DE 30
(TRINTA)
DIAS,
PREVISTO
NO ART. 5, §
1º, DA LEI N.
6.194/74,
AFASTA A
ATUALIZAÇÃ
MONETÁRIA
SOBRE A
INDENIZAÇÃO
EXTRAJUDICIAL
RECEBIDA.
T E S E
RECHAÇADA.
DECISUM
RECORRIDO
Q U E
APLICOU O
TEOR DA
SUMULA N.
47 DESTA
CORTE DE
JUSTIÇA.
INCIDÊNCIA
D E
CORREÇÃO
MONETÁRIA
DESDE O
SINISTRO.
INTELIGÊNCIA
DA SÚMULA
N. 580 DO
STJ. AJUSTE



MONETÁRIO
MANTIDO.
DECISÃO
RECORRIDA
QUE SE
MANTÉM
INCÓLUME.
PREQUESTION.
MANIFESTAÇÃO
EXPRESSA
ACERCA DE
DISPOSITIVOS
DE LEI
INCIDENTES
NO CASO
CONCRETO.
DESNECESSID.
PLEITO DE
APLICAÇÃO
D A S
PENALIDADES
P O R
LITIGÂNCIA
DE MÁ-FÉ
EM SEDE DE
CONTRARRAZO
INVIABILIDAD
CARÁTER
PROTELATÓRI
N ã O
EVIDENCIADO
PRESSUPOSTO.
DO ART. 80
DO CPC/2015
AUSENTES.
PLEITO
NEGADO.
RECURSO
DESPROVIDO
(e-STJ, fl.
157).
Inconformada,
a
SEGURADORA
interpôs
recurso
especial com
base no art.
105, III, a e c,
da Constituição
Federal,
sustentando
violação do art.
5º, §§ 1º e 7º,
da Lei nº
6.194/74 e
divergência



jurisprudencial,
aduzindo, em
síntese, que
apenas é
devida
correção
monetária se o
pagamento
administrativo
não for
realizado no
prazo de trinta
dias previsto
em lei. JULIO
ofereceu
contrarrazões
(e-STJ, fls.
193/199). Em
juízo de
admissibilidade,
a
vice-presidência
do Tribunal
catarinense
admitiu o apelo
nobre. É o
relatório.
DECIDO. O
recurso
comporta
acolhimento.
De plano, vale
pontuar que o
recurso ora em
análise foi
interposto na
vigência do
NCPC, razão
pela qual
devem ser
exigidos os
requisitos de
admissibilidade
recursal na
forma nele
prevista, nos
termos do
Enunciado
Administrativo
nº 3, aprovado
pelo Plenário
do STJ na
sessão de
9/3/2016: Aos
recursos
interpostos
c o m



fundamento no
CPC/2015
(relativos a
decisões
publicadas a
partir de 18 de
março de 2016)
serão exigidos
os requisitos de
admissibilidade
recursal na
forma do novo
CPC. Da
correção
monetária O
T J S C
consignou que
incide correção
monetária nas
indenizações
por morte ou
invalidez do
seguro
DPVAT, desde
a data do
evento danoso,
ainda que o
pagamento
tenha sido
realizado no
prazo de 30
dias.
Confira-se:
Isso porque, a
decisão
recorrida está
em plena
observância ao
hodierno
entendimento
consolidado,
disposto na
Sumula n. 47,
desta Corte de
Justiça, que
assim dispõe in
verbis: "Incide
correção
monetária
desde o evento
danoso na
indenização do
Seguro
DPVAT, tenha
ou não havido
pagamento
administrativo



no prazo previsto no § 7º do artigo 5º da Lei n. 6.194/1974." (Texto publicado no DJe n. 3048, de 26-4-2019). Acerca da temática, ressalta-se ainda que: "É pacífica a jurisprudência no sentido de que é de somenos importância a circunstância de o seguro obrigatório ter sido quitado dentro do prazo legal para fins de atualização monetária." (TJSC, Agravo Interno n. 0300689-54.2016 de Balneário Camboriú, rel. Des. Stanley da Silva Braga, Sexta Câmara de Direito Civil, j. 30-04-2019) (e-STJ, fl. 162). Com efeito, a jurisprudência da Segunda Seção do STJ, sedimentada na Súmula nº 580 do STJ, orienta-se no seguinte sentido: A correção monetária nas indenizações do seguro DPVAT por morte ou invalidez,



prevista no § 7º
do art. 5º da
Lei n.
6.194/1974,
redação dada
pela Lei n.
11.482/2007,
incide desde a
data do evento
danoso. Esse
entendimento
também foi
firmado em
recurso
repetitivo,
consoante se
verifica da
seguinte
ementa:
RECURSO
ESPECIAL
REPETITIVO.
CIVIL.
SEGURO
DPVAT.
INDENIZAÇÃO
ATUALIZAÇÃO
MONETÁRIA.
TERMO 'A
QUO'. DATA
DO EVENTO
DANOSO.
ART. 543-C
DO CPC. 1.
Polêmica em
torno da forma
de atualização
monetária das
indenizações
previstas no
art. 3º da Lei
6.194/74, com
redação dada
pela Medida
Provisória n.
340/2006,
convertida na
Lei 11.482/07,
em face da
omissão
legislativa
acerca da
incidência de
correção
monetária. 2.
Controvérsia
em torno da



existência de
omissão
legislativa ou
de silêncio
eloquente da
lei. 3.
Manifestação
expressa do
STF, ao
analisar a
ausência de
menção ao
direito de
correção
monetária no
art. 3º da Lei nº
6.194/74, com
a redação da
Lei nº
11.482/2007,
no sentido da
inexistência de
inconstitucionalidade
por omissão
(ADI
4.350/DF). 4.
Para os fins do
art. 543-C do
CPC: A
incidência de
atualização
monetária nas
indenizações
por morte ou
invalidadez do
seguro
DPVAT,
prevista no § 7º
do art. 5º da
Lei n. 6194/74,
redação dada
pela Lei n.
11.482/2007,
opera-se desde
a data do
evento danoso.
5. Aplicação da
tese ao caso
concreto para
estabelecer
como termo
inicial da
correção
monetária a
data do evento
danoso. 6.
RECURSO



ESPECIAL
PROVIDO.
(REsp
1.483.620/SC,
Rel. Min.
PAULO DE
TARSO
SANSEVERINO
Segunda
Seção, j.
27/5/2015, DJe
2/6/2015, sem
destaque no
original) No
entanto, a Lei
nº 6.194/1974,
que dispõe
sobre seguro
obrigatório de
danos pessoais
causados por
veículos
automotores,
prevê nos §§
1º e 7º, ambos
de seu art. 5º,
que: Art. 5º O
pagamento da
indenização
será efetuado
mediante
simples prova
do acidente e
do dano
decorrente,
independentemente
da existência
de culpa, haja
ou não
resseguro,
abolida
qualquer
franquia de
responsabilidade
do segurado. §
1º. A
indenização
referida neste
artigo será
paga com base
no valor
vigente na
época da
ocorrência do
sinistro, em
cheque
nominal aos



**beneficiários,
descontável no
dia e na praça
da sucursal
que fizer a
liquidação, no
prazo de 30
(trinta) dias
da entrega dos
seguintes
documentos:**

(...) § 7º. Os valores correspondentes às indenizações, na hipótese de não cumprimento do prazo para o pagamento da respectiva obrigação pecuniária, sujeitam-se à correção monetária segundo índice oficial regularmente estabelecido e juros moratórios com base em critérios fixados na regulamentação específica de seguro privado. (Parágrafos na redação dada pela Lei n. 11.482/2007 - sem destaque no original.)

Portanto, a correção monetária incidirá somente nas hipóteses em que a indenização securitária não for paga no prazo legal, de modo que a



mora da seguradora imporia a reparação das perdas ensejadas pela inflação e a recomposição do seu montante efetivo ao longo do tempo. Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes: AGRVO INTERNO NO AGRVO EM RECURSO ESPECIAL - A Ç Ã O CONDENATÓR - DECISÃO MONOCRÁTIC. QUE NEGOU PROVIMENTO A O RECLAMO. INSURGÊNCIA DA PARTE REQUERENTE.

1. Nos termos d a jurisprudência desta Corte Superior, a indenização do seguro DPVAT deverá ser acrescida de correção monetária somente quando não for paga em até 30 (trinta) dias, contados da entrega dos documentos. Incidência da Súmula 83/STJ. [...] 3. Agravo interno desprovido.



(AgInt no
AREsp
1.279.802/SE,
Rel. Ministro
MARCO
BUZZI, Quarta
Turma, DJe
17/5/2019);
AGRAVO
INTERNO NO
AGRAVO EM
RECURSO
ESPECIAL.
SEGURO
OBRIGATÓRIO
DPVAT.
CORREÇÃO
MONETÁRIA.
DATA DO
EVENTO
DANOSO.
SÚMULA
580/STJ.
PAGAMENTO
TEMPESTIVO
REALIZADO
ADMINISTRAT
E EM VALOR
SUPERIOR
A O
EFETIVAMENT
DEVIDO.
ATUALIZAÇÃ
INVIABILIDAD
AGRAVO
DESPROVIDO.
1. A Súmula
580/STJ dispõe
que "a correção
monetária nas
indenizações
do seguro
DPVAT por
morte ou
invalidez,
prevista no § 7º
do art. 5º da
Lei n.
6.194/1974,
redação dada
pela Lei n.
11.482/2007,
incide desde a
data do evento
danoso." 2. A
correção
monetária



incidirá
somente nas
hipóteses em
que a
indenização
securitária não
for paga no
prazo legal, de
modo que a
mora da
seguradora
imporia a
reparação das
perdas
ensejadas pela
inflação e a
recomposição
do seu
montante
efetivo ao
longo do
tempo. **Na
espécie, a
indenização
foi feita
tempestivamente
e em quantia
superior à
efetivamente
devida,
tornando
inviável a
atualização
monetária.** 3.
Agravos internos
desprovidos.
(AgInt no
AREsp
1.338.095/SP,
Rel. Ministro
MARCO
AURÉLIO
BELLIZZE,
Terceira
Turma. DJe
5/11/2018). **Na
hipótese dos
autos,
efetuado o
pagamento
dentro do
prazo de 30
dias previsto
no art. 5º, § 1º,
da Lei nº
6.194/74, não
incide**



**correção
monetária,
merecendo
reforma o
acórdão
recorrido.
Nessas
condições,
D O U
PROVIMENTO
ao recurso
especial para
julgar
improcedente
o pedido.
Ficam
invertidos os
ônus
sucumbenciais.
Publique-se.
Intimem-se.
Brasília, 10 de
fevereiro de
2020.
MINISTRO
MOURA
RIBEIRO
Relator (STJ -
REsp: 1846019
S C
2019/0325284-4,
Relator:
Ministro
MOURA
RIBEIRO,
Data de
Publicação: DJ
14/02/2020) (
**Destaques
em negrito
acrescidos
por este
Juízo)****

Outrossim, esclareça-se que diferentemente do que sustenta a parte autora, a determinação oriunda do Juízo da vara de Família para que o valor referente à indenização não fosse pago antes da resolução do processo de investigação de paternidade, apenas representou uma medida acautelatória de resguardo de eventual direito das requerentes, caso as mesmas fossem de fato filhas do senhor Francimar.

Desta maneira, não há que se dar guarida ao entendimento das requerentes no sentido de que a seguradora estava em mora desde 29/12/2010, quando sequer nesta data a documentação pertinente tinha sido apresentada à seguradora, até porque um dos



documentos necessários (vide artigo 5º, § 1º, "a" da Lei nº 6.194/74) é a prova da qualidade de beneficiário, o que certamente só foi possível após o proferimento da sentença de investigação de paternidade.

Por fim, no que concerne aos pedidos formulados por ocasião da apresentação de impugnação à contestação nos seguintes termos: a) o cancelamento do contrato fraudulento constante nos autos de investigação de paternidade (e acostado ao presente feito), bem como condenação da seguradora em indenização por danos morais, sequer merecem apreciação, pois não foram requeridos por ocasião da petição inicial, não sendo lícita a formulação de tais petitórios em uma peça que apenas tem como objetivo refutar os argumentos trazidos pela defesa.

Em razão de tudo o que fora exposto em linhas precedentes, é forçoso reconhecer a improcedência do pedido deduzido na exordial.

IV - DISPOSITIVO

Por conseguinte, **JULGO IMPROCEDENTE** a pretensão deduzida em juízo pelas partes autoras TALITA ALVES DE ARAÚJO E THALIA ALVES DE ARAÚJO, extinguindo, com resolução de mérito, o presente processo, com fundamento no art. 487, I, do CPC.

Condeno as demandantes ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, fixando estes em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, com base no disposto no art. 85, §§ 2º e 6º, do CPC.

A execução da verba honorária fica condicionada ao disposto no art. 98, §3º, do CPC, uma vez que as autoras são beneficiárias da Justiça gratuita.

Após o trânsito em julgado, archive-se com a baixa respectiva.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

MOSSORÓ/RN, 27 de agosto de 2020

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

